

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº DE 2005 (do Sr. EDUARDO PAES)

Solicita seja convidado o Sr. **Swendeberger Barbosa**.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, seja convidado a comparecer a este Órgão técnico, em reunião de audiência pública, em data a ser agendada, a Sr. **Swendeberger Barbosa** para prestar esclarecimentos a cerca de graves denúncias que a estrutura, em especial da Casa Civil, e servidores de diversos órgãos do Governo Federal teriam sido utilizado para a liberação de verbas do Orçamento da União para benefício político do Senhor José Carlos Becker.

JUSTIFICAÇÃO

Notícia veiculada no jornal Folha de São Paulo de 9 de outubro de 2005:

“Casa Civil escondeu do Ministério Público nome de Zeca Dirceu - 09/10/2005 - Folha de São Paulo: Filho de Dirceu obteve recursos de maneira irregular, diz servidora

A investigação aberta pelo Ministério Público Federal para averiguar as supostas ações da Casa Civil em benefício do filho do ex-ministro José Dirceu, José Carlos Becker, desvendou um esquema irregular de registro de processos necessário para a obtenção de recursos do Orçamento da União no extinto Ministério da Assistência Social.

As primeiras revelações sobre as irregularidades partiram da servidora Maria de Fátima Almeida Gonçalves, que trabalhou na pasta entre 1995 e novembro de 2004 e ocupou o cargo de chefe do Protocolo nos dois últimos anos. Em depoimento à Procuradoria da República, ao ser indagada sobre o tratamento recebido pelas "emendas" atribuídas a Zeca Dirceu, Maria de Fátima disse que a chefe-de-gabinete da então ministra Benedita da Silva, Cícera Bezerra de Moraes, escrevia na capa dos processos o nome de Zeca Dirceu. Tais processos integravam um grupo de documentos que passou a ter um tratamento diferenciado na pasta.

"Alguns processos de Zeca Dirceu localizados e entregues a Cícera pela depoente [Maria] não tinham nada, ou seja, não tinham ofício de prefeito nem qualquer outro documento que pudesse ter dado origem a um processo, nem mesmo capa", contou Maria de Fátima, em depoimento.

Maria de Fátima continuou: "Em relação aos processos, totalmente irregulares, Cícera chegou a passar pedaços de papel, sem qualquer timbre ou assinatura, indicando o nome do município e o assunto do convênio, para que a depoente desse origem a um processo, sem nenhuma documentação; que isso era feito para que existisse um número de processo que tornasse possível o empenho; que tais processos eram empenhados e até mesmo publicados sem que

tivessem nos autos ao menos uma folha; que, após a publicação, eram providenciados os documentos necessários à instrução do processo, documentos estes que nem sequer existiam no ministério".

No último dia 4, o procurador da República que conduziu as investigações, Luciano Rolim, fez uma inspeção na sede do FNAS (Fundo Nacional de Assistência Social) em Brasília. Localizou e fotografou os processos com as inscrições "Zeca Dirceu" e "JCB", confirmando o que havia dito a servidora Maria de Fátima.

O próprio coordenador de convênios do órgão, Antônio José Teixeira Leite, apontou ao procurador - e fez constar no termo de inspeção assinado no ato - irregularidades nos processos, entre as quais "realização de empenho sem a prévia aprovação do plano de trabalho" e "posterior aprovação do plano de trabalho sem que o documento apresentasse os requisitos mínimos para tanto", "ausência de pareceres jurídicos e do setor de convênios" e -o que novamente confirmou o depoimento da servidora- "empenhos já pagos com indicação de documentos a serem apresentados pela prefeitura com datas retroativas a 2003", entre outras.

Pressão

No extinto ministério (atual Desenvolvimento Social), os projetos de interesse de Zeca Dirceu eram levados tão a sério que nem mesmo a assessora parlamentar da pasta tinha acesso a tais documentos. Tudo ficava nas mãos da chefe-de-gabinete da ministra, Cícera Bezerra de Moraes.

Depoimentos de ex-funcionários da pasta indicam uma pressão exercida pela Casa Civil. A ex-chefe da assessoria parlamentar, Ana Lúcia de Noronha, disse que, no horário de almoço, Cícera trancava os documentos em sua sala para que ninguém os acessasse. Mesmo como responsável pelo acompanhamento das emendas do Congresso, Ana Lúcia somente podia vasculhar os documentos ao lado da chefe-de-gabinete.

Maria de Fátima, chefe do protocolo, narrou os pedidos de urgência de Cícera para os processos de Zeca Dirceu. Ela disse aos procuradores, que nos nove anos em que atuou na função (deixou o cargo em 2004), nunca havia presenciado alguém sem mandato, como Zeca, com tamanho poder sobre liberação de verbas. "Cheguei a pensar que se tratava do próprio ministro [José Dirceu]", disse, em depoimento. (EDUARDO SCOLESE e RUBENS VALENTE)

Em 10 de outubro de 2005, a Folha de São Paulo, sob o título "Casa Civil escondeu nome de filho de Dirceu em planilha", publicou:

"A Casa Civil da Presidência omitiu ao Ministério Público Federal, em ofício encaminhado pelo ex-ministro José Dirceu, a existência de planilhas produzidas pelo órgão que traziam as iniciais do filho do então ministro como um "parlamentar" interessado na liberação de emendas para municípios do interior do Paraná.

Segundo as investigações do Ministério Público Federal, entre 2003 e o início de 2004, José Carlos Becker, o Zeca Dirceu, teve apoio da Casa Civil para empenhar em seu nome recursos relativos a emendas ao Orçamento. Na época servidor do terceiro escalão do governo do Paraná, Zeca foi eleito pelo PT, em 2004, prefeito de Cruzeiro d'Oeste (PR).

A negativa da Casa Civil só foi desmontada a partir de setembro. Servidores do órgão, em depoimento, confirmaram a existência e o objetivos dessas planilhas, que permitiam ao governo Lula monitorar o andamento de cada emenda parlamentar, estabelecendo a ordem de liberação dos recursos do Orçamento. "A omissão da Casa Civil atrasou e atrapalhou as investigações", disse o

procurador Luciano Rolim.

O acesso a esses documentos era uma prioridade do Ministério Público, que investigou, entre março de 2004 e a semana passada, com base em reportagens publicadas pela Folha, suposto benefício da Casa Civil a Zeca.

O procurador Luciano Rolim pediu por ofício à Casa Civil, em maio de 2004, que se manifestasse sobre o assunto. No dia 20 de julho, José Dirceu enviou ao então procurador-geral da República, Claudio Fonteles, um ofício assinado pelo seu assessor imediato, Swedenberger Barbosa, secretário-executivo do órgão. "Passamos a esclarecer que os referidos documentos não constam dos arquivos da Casa Civil da Presidência", respondeu Barbosa.

As investigações revelaram uma outra realidade. Gisele Tona Soares, ex-assessora do Planalto, nomeada por indicação de Waldomiro Diniz, ex-assessor parlamentar de Dirceu, contou que em 2003 ele ordenou uma reformulação do Saap (Sistema de Apoio a Assuntos Parlamentares), que se trata, segundo Gisele, de um "sistema de informática que contém informações acerca de dados cadastrais de parlamentares e projetos de interesses destes".

Gisele recebeu de Waldomiro "demandas relacionadas a relatórios do Orçamento da União de 2002 e 2003". Ela "chegou a pesquisar junto a ministérios e órgãos federais, a pedido de Waldomiro, sobre o andamento de processos de repasses de verbas".

Waldomiro também deu a Gisele a orientação de acompanhar o andamento de "seis ou sete processos de interesse de Zeca Dirceu". No final de 2003, Gisele foi orientada por Waldomiro a elaborar, junto com Júlio César de Araújo Nogueira, assessor da subchefia de Assuntos Parlamentares da Casa Civil, planilhas que contivessem dados das emendas parlamentares ao Orçamento da União, separando-as por político, por Estado e por partido. Essas planilhas foram copiadas em disquetes e posteriormente distribuídas para todos os ministérios.

Pouco antes da distribuição, o então homem de confiança de Dirceu intercedeu, como disse Gisele à Procuradoria. "Waldomiro, não se recorda a depoente em que momento, mas certamente antes do encaminhamento dos disquetes aos ministérios, solicitou à mesma que incluísse algumas emendas parlamentares na planilha, o que foi feito pela depoente", diz trecho do depoimento.

Gisele disse não se lembrar se entre essas emendas estavam as de interesse de Zeca Dirceu. Mas Nogueira, confirmou o benefício. Ele contou, em depoimento um mês atrás, que nas planilhas foram incluídas emendas de Zeca, identificado pelas iniciais "JCB".

Em nota, Zeca Dirceu nega ter sido beneficiado

A assessoria do prefeito de Cruzeiro d'Oeste (PR), José Carlos Becker (PT), filho do ex-ministro-chefe da Casa Civil José Dirceu, divulgou nota ontem à noite a respeito das investigações sobre o suposto favorecimento. Nela, Zeca Dirceu diz que ainda não foi "informado oficialmente da conclusão da investigação por parte do Ministério Público", mas nega ter sido favorecido.

O petista afirma que não cometeu nenhuma irregularidade e diz que sua atuação em favor das demandas do noroeste do Paraná ocorreu de maneira "legítima" e "legal". José Dirceu não quis se manifestar.

Já o então secretário-executivo da Casa Civil e assessor mais próximo de Dirceu, Swedenberger Barbosa, hoje lotado no Ministério da Previdência, afirmou que a informação de que as planilhas sobre as emendas parlamentares não constavam dos arquivos do ministério lhe teria sido passada pela subchefia de Assuntos Parlamentares. "A Secretaria Executiva se baseia na informação que tem da subchefia. Então, se mandei um ofício dizendo isso [que não havia tais documentos], é porque provavelmente da Subchefia de Assuntos Parlamentares eu tive essa informação."

Segundo o jornal O Globo de 10 de outubro de 2005, em reportagem sob o título “Investigação sobre recursos para filho pode complicar situação de Dirceu”,

(...) Waldomiro operou para ajudar Zeca Dirceu
Testemunhas contaram no Ministério Público Federal que funcionários da Casa Civil influenciaram a liberação de recursos de outros ministérios a pedido de Zeca. A ordem partiria de Waldomiro Diniz, ex-assessor de José Dirceu flagrado achacando o empresário de jogos Carlinhos Cachoeira.
Segundo o procurador, os três também podem responder por tráfico de influência e advocacia administrativa. No caso do deputado, que tem foro privilegiado, a ação só poderá ser proposta pelo procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza. (...)”

Sala da Comissão, de de 2005.

Deputado EDUARDO PAES